PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º /2023.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.
SUBSTITUTIVO N.º 1 DO PROJETO DE LEI N.º 84/2023.
OBJETO: GARANTE A CONCESSÃO DE TRANSPORTE DE MUDANÇA INTRAMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
AUTOR: VEREADOR VALDMIX SILVA.
RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES.

1. Relatório:

Trata-se do Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 84/2023, de autoria do Vereador Valdmix Silva, que “garante a concessão de transporte de mudança intramunicipal e dá outras providências”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria deste Vereador, por força do r. despacho da Presidenta desta Comissão.

2. Fundamentação:

De acordo com o disposto no artigo 195 do Regimento Interno, após a conclusão da proposição em segundo turno, o projeto e emendas aprovados serão remetidos à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para receber parecer de redação final.

Diante disso, dá a presente análise:

Procedeu-se alteração na ementa para padronizá-la com o seu artigo 1º, bem como suprimiu-se a expressão “edá outras providências”, em atendimento ao Decreto n.º 3.244, de 27 de setembro de 2005:

Art. 2º O emprego da expressão “e dá outras providências” não será feito, indiscriminadamente, devendo ser utilizado somente para informar que a lei, além da matéria principal constante do enunciado, tratará sobre outro (s) assunto (s) no decorrer do texto legal.

Parágrafo único. Não são consideradas outras providências ou outro (s) assunto (s), as cláusulas usuais, a exemplo da de vigência e de revogação, com exceção, todavia, das disposições gerais, transitórias ou outras não contempladas no enunciado da lei.

O artigo 4º juntou-se ao artigo 1º por concisão, para ficar mais claro.

Suprimiu-se a unidade federativa da localidade do fecho do Projeto de Lei, em conformidade com o Decreto n.º 3.244, de 2005:

Art. 6º O fecho da lei conterà a localidade, seguida de vírgula e ponto-e-vírgula, respectivamente, pela data completa e pelo ano correspondente à instalação do Município, e abaixo a inscrição da assinatura e identificação do subscritor competente.

§ 1º A localidade será identificada pelo nome da cidade-sede do Município, dispensada a sigla da unidade federada, seguida conforme explicitado no caput (Exemplo: Unai, 27 de setembro de 2005; 61º da instalação do Município).

Sem mais alterações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 84, de 2023, a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 147 do Regimento Interno, passa a integrar o presente parecer.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 4 de outubro de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES
Relator

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 84/2023

Garante o direito ao transporte de mudança intramunicipal às famílias de baixa renda no Município de Unaí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica garantido o direito ao transporte de mudança intramunicipal às famílias de baixa renda, que sejam beneficiárias de políticas públicas de assistência social no Município de Unaí, com veículo próprio do Município.

Parágrafo único. O direito ao transporte de mudança intramunicipal de que trata esta Lei é exclusivo para o deslocamento de móveis e utensílios de uso doméstico, sendo vedado o transporte de pessoas, materiais de construção e animais.

Art. 2º O interessado deverá apresentar relação detalhada dos bens a serem transportados, conforme modelo previamente fornecido pela Administração Pública, indicando o endereço completo do destino, bem como o nome da pessoa designada para acompanhar a descarga.

Parágrafo único. A relação dos bens será previamente conferida por servidor da Administração Pública, antes do acondicionamento e carregamento dos pertences.

Art. 3º O transporte será efetuado no sistema direto e exclusivo, porta a porta, sendo a carga e descarga, bem como a desmontagem e montagem por conta do beneficiário.

§ 1º Todos móveis e utensílios deverão ser acondicionados de forma adequada pelo beneficiário, a fim de evitar avarias.

§ 2º A carga e descarga somente serão realizadas com o acompanhamento do beneficiário ou da pessoa previamente designada por este.

§ 3º Ao final da descarga, após conferência dos bens, o beneficiário ou pessoa designada por este assinará uma declaração atestando o recebimento integral da mudança.

Art. 4º O direito ao transporte de mudança intramunicipal poderá ser requerido, no máximo, duas vezes por ano pela mesma família.

§ 1º No caso de desistência, deverá o requerente solicitar o devido cancelamento por escrito.

§ 2º Em caso de chuva, a mudança será adiada para o dia em que as condições climáticas permitirem.

§ 3º Na falta de contato telefônico, em decorrência de número incorreto ou desligado, a mudança não poderá ser realizada.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação.

Unai, 4 de outubro de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR VALDMIX SILVA
Vice-Presidente
PSDB